



3ª Conaes Conferência Nacional de Economia Solidária

Construindo um Plano Nacional
da Economia Solidária para promover
o direito de produzir e viver de forma
associativa e sustentável

Conferência Temática Economia e Sustentabilidade: Produção, Comercialização e Consumo Solidários

Documento Final

**Brasília/DF
Abril/2014**



Apresentação

As conferências públicas são momentos privilegiados de participação ativa da sociedade nos debates sobre temas e questões relevantes que dizem respeito à sociedade, oferecendo subsídios para a formulação e avaliação de políticas públicas.

Para a economia solidária esses momentos são essencialmente importantes, já que um de seus pressupostos é a construção coletiva entre Estado e sociedade. Sabemos que a consolidação da economia solidária como política pública é resultado da luta social articulada aos esforços de fortalecimento dos espaços dentro dos órgãos governamentais.

Nesse processo de construção participativa da economia solidária no Brasil já foram realizadas duas Conferências Nacionais (CONAES) com os temas: Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento (2006) e Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável (2010). Nesses encontros foi possível afirmar a identidade da economia solidária, assim como reconhecer o direito do trabalho associado e o fomento e fortalecimento de políticas públicas com essa finalidade.

Caminhamos agora para a construção da III CONAES, que ocorrerá de 26 a 29 de novembro de 2014 em Brasília/DF, e terá como objetivo dar um passo importante na consolidação da economia solidária como política pública. Com o tema “Construindo um Plano Nacional da Economia Solidária para Promover o Direito de Produzir e Viver de Forma Associativa e Sustentável” coloca-se o desafio da construção de um plano nacional de economia solidária. Um plano nacional é um instrumento de orientação da política pública, elaborado a partir da análise do contexto atual e da projeção de um futuro desejável, que norteiam a definição de estratégias e prioridades na formulação de projetos e ações.

Para que o plano corresponda às necessidades dos empreendimentos e iniciativas de economia solidária de todo o país, serão realizadas conferências preparatórias temáticas, municipais, estaduais e territoriais, que terão como objetivo elaborar planos e propor diretrizes para serem discutidas na Conferência Nacional.

Destaca-se que no processo da II Conferência Nacional de Economia Solidária foi realizada a I Conferência Temática de Comercialização Justa e Solidária. A presente Conferência Temática retoma os acúmulos desta conferência na perspectiva da construção de um plano nacional para a economia solidária, abordando com mais ênfase a questão da sustentabilidade dos Empreendimentos Econômicos Solidários a partir da organização da Produção, Comercialização e Consumo Solidários.

É neste âmbito que se realiza, nos dias 28 a 30 de Abril, a Conferência Temática Economia e Sustentabilidade: Produção, Comercialização e Consumo Solidários em Brasília, no Ministério do Trabalho e Emprego, reunindo representantes do poder público e das redes e empreendimentos econômicos solidários que estão construindo no seu dia a dia estas estratégias de sustentabilidade.

1. Introdução: Economia Solidária e Sustentabilidade

O desenvolvimento sustentável é um desafio colocado em questão na agenda mundial. Diversos esforços vêm sendo empreendidos para que os padrões e proposições de desenvolvimento econômico levem em conta os impactos sociais e ambientais, desta forma propiciando uma visão integrada dos processos de desenvolvimento em curso.

Neste sentido, a economia solidária oferece uma contribuição direta à construção de outro modelo de desenvolvimento pensado em suas múltiplas dimensões, já que o modelo de organização do empreendimento econômico solidário e as práticas da economia solidária pressupõem a existência de coesão social, forte organização territorial, redução das desigualdades, respeito às diferenças, de forma a fomentar o dinamismo econômico, promover a proteção ambiental e colaborar para a organização sócio-política de territórios e comunidades.

Conforme afirmação presente da I CONAES:

“Na construção de um modelo de desenvolvimento, a Economia Solidária organiza a produção de bens e de serviços, o acesso e a construção do conhecimento, a distribuição, o consumo e o crédito, tendo por base os princípios da autogestão, da cooperação e da solidariedade, visando à gestão democrática e popular, à distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, ao desenvolvimento local, regional e territorial integrado e sustentável, ao respeito aos ecossistemas e preservação ao meio ambiente, à valorização do ser humano, do trabalho, da cultura, com o estabelecimento de relações igualitárias entre diferentes, em relação a: gênero, raça, etnia, território, idade e padrões de normalidade.”

A importância da abordagem territorial também já foi bem definida nas Conferências Anteriores:

“Na promoção do desenvolvimento territorial sustentável, endógeno e solidário, deve-se ampliar o conhecimento sobre processos e redes produtivas da Economia Solidária e envolver os atores territoriais, sobretudo aqueles oriundos de comunidades e povos tradicionais. Faz-se necessário desenvolver diagnósticos e construir novos indicadores socioeconômicos, medindo os impactos da economia solidária e estimulando o aproveitamento sustentável dos recursos naturais com base em planejamentos territoriais. Estes estudos e debates devem servir também como instrumento estratégico de confronto com a implantação dos grandes projetos insustentáveis na região”.

Estando consolidado este entendimento de que as práticas da economia solidária contêm princípios e valores que apontam e contribuem para a construção de um outro modelo de desenvolvimento, ancorado na sustentabilidade, resta como grande desafio da economia solidária, conforme indica o texto base da III CONAES:

“o de ser inserida nas estratégias nacionais de desenvolvimento. Para tanto, os esforços realizados nos últimos anos estão direcionados a duas estratégias principais:

a) Dialogar com os demais movimentos sociais que atuam na sociedade para que insiram a economia solidária como elemento fundamental em suas estratégias, aderindo efetivamente às iniciativas econômicas solidárias como modelo de organização econômica e afirmando a economia solidária nos seus discursos propositivos e de reivindicação em diálogo com o Estado e com outras organizações da sociedade. Esta tarefa tem sido assumida, sobretudo, pelo movimento organizado da economia solidária no Brasil.

b) Incidência na formulação e execução de políticas públicas, a começar pelas políticas que tratam do desenvolvimento local, territorial e regional, além daquelas políticas de superação das desigualdades sociais e regionais, afirmando a economia solidária como o caminho para a sustentabilidade do desenvolvimento. Alguns passos foram dados nesse sentido, na formulação do Plano Plurianual 2012 – 2015 do Governo Federal. Neste

sentido, no Plano Plurianual 2012 a 2015 a política pública de economia solidária se integra plenamente às orientações estratégicas e prioridades do governo federal de redução das desigualdades socioeconômicas e regionais por meio do resgate humano da população que se encontra em situação de extrema pobreza e da promoção do desenvolvimento territorial sustentável e solidário. Para tanto, pretende-se fortalecer e ampliar, de maneira integrada, as políticas públicas para garantir o acesso a investimentos, à formação, à assessoria técnica, à comercialização e ao crédito a todas as pessoas participantes das iniciativas econômicas solidárias.”

No direcionamento das políticas públicas de economia solidária, destaca-se a importância de fornecer condições de sustentabilidade aos empreendimentos econômicos solidários (viabilidade econômica, exercício da democracia interna, inserção territorial, responsabilidade com o meio-ambiente), de forma que estes possam consolidar-se como testemunhos da capacidade de contribuição da economia solidária para as estratégias de desenvolvimento do país.

Entende-se, portanto, que a construção da sustentabilidade dos empreendimentos depende de uma série de fatores e condições que um empreendimento de economia solidária, isolado, não tem condições de resolver. Nessa perspectiva, destaca-se a importância do fortalecimento e das ações direcionadas à produção, comercialização e consumo. Como já destacado na última conferência:

(...)96. A comercialização é um dos espaços para construção do projeto político de outro modelo de desenvolvimento, que se fundamenta nas relações de solidariedade e de justiça social. A prática dos princípios e critérios do Comércio Justo e Solidário contribui para o fortalecimento de uma identidade coletiva e para a inserção social de grupos e pessoas que se reconhecem excluídas do modelo capitalista. A organização social dos grupos é fundamental para que a comercialização solidária seja possível e fortalecida.

A importância da atuação na esfera da comercialização para garantir a sustentabilidade dos empreendimentos justifica-se pela tendência, natural do mercado, de gerar concentração no número de vendedores (oligopólios) e compradores (oligopsônios), e de ocasionar uma redução progressiva do valor agregado da produção. Pode-se adicionar a esse rol a tendência geral verificada nos mercados de massa para que os contratos de fornecimento sejam estabelecidos com vendedores que têm elevada capacidade de oferta visando à redução de custos de transação.

Todos os aspectos acima mencionados resultam em um elevado desequilíbrio de poder nas cadeias produtivas implicando em uma capacidade de barganha cada vez menor dos produtores e, ainda mais reduzida, daqueles que possuam uma escala de operação pequena. Essa situação tem levado a que varejo e transformadores exerçam uma elevada pressão sobre as margens de comercialização da produção primária. Isso implica na necessidade de aumento compensatório de escala de produção, que, por sua vez, resulta na inviabilização econômica de um elevado número de unidades de produção. Trata-se de processo que ocorre frequentemente com os empreendimentos econômicos solidários.

2. Balanço: um olhar sobre os avanços e desafios para a Economia Solidária no Tema da Sustentabilidade nos últimos anos

O desafio da Sustentabilidade, sobretudo na perspectiva dos EES, foi abordado em 2010, quando da realização da I Conferência Temática de Comercialização Solidária que avançou na proposição de ações organizadas em eixos prioritários compondo uma estratégia de comercialização solidária.

2.1. Um olhar sobre os PRINCIPAIS AVANÇOS:

Considerando as reflexões registradas nas Conferências Nacionais e outros eventos anteriores a esta Conferência Temática, foi possível identificar os seguintes elementos considerados avanços nos últimos anos:

Eixos: Afirmar os princípios e critérios de uma relação de Comercialização Justa e Solidária; Fortalecer a identidade dos produtos e serviços da Economia Solidária em cadeias de comércio justo e solidário; Comunicar e sensibilizar a sociedade brasileira para os benefícios da Economia Solidária

- Destaque para a publicação do **Decreto 7358/2010**, que institui o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário, com a implementação de sua Comissão Gestora Nacional do SCJS.
- Implementação da **Comissão Gestora Nacional** e aprovação no Conselho Nacional de Economia Solidária das portarias recomendadas de regulamentação do SCJS.
- Realização de um trabalho com 150 EESs para **consolidação dos princípios e critérios do Comércio Justo e Solidário**.
- Realização, no Brasil, da **Semana Mundial de Comércio Justo e Solidário**.
- Realização dos **Seminários de Diálogos e Convergências com outros movimentos sociais**.

Eixos: Utilizar o poder de compra do Estado para o fortalecimento da Economia Solidária; e Favorecer a circulação formal de produtos da Economia Solidária

- **Manutenção do PAA e PNAE** como instrumentos fundamentais de acesso dos EES às compras públicas.
- Ainda que tenha se avançado pouco neste eixo foi vencido um pré-requisito fundamental com a **construção do Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários**.
- Um grande avanço para favorecer a circulação formal dos produtos da economia solidária foi o **programa de Inclusão Produtiva com Vigilância Sanitária**, reconhecendo os empreendimentos de economia solidária com receita bruta anual de até R\$3.600.000,00 Reais como sujeitos de procedimento simplificado de vigilância sanitária, conforme Resolução ANVISA/DC Nº 49 DE 31/10/2013.

Eixos: Formar e estruturar EESs para a comercialização solidária; Garantir acesso aos produtos e serviços da Economia Solidária através da aproximação de produtores e consumidores; e Promover a Integração Econômica

- Articulação e construção da **Rede Nacional de Grupos de Consumo Responsável**.
- Articulação e construção de uma **Rede Nacional de Pontos Fixos** da Economia Solidária.
- Apoio e fortalecimento a **Organização de diversas Redes de Cooperação Solidária** no Brasil, compreendendo ações de integração entre econômica entre empreendimentos e destes com empreendimentos de fora.

Ainda como avanço, é importante destacar a publicação da **Recomendação No 01 de 19 de junho de 2013, do Conselho Nacional de Economia Solidária**, que recomenda o **Termo de Referência** contendo princípios e diretrizes político-metodológicas **para orientar a Política Nacional de Comercialização Justa Solidária**, sistematizando eixos, componentes e programas prioritários da política.

2.2. Um breve olhar sobre os PRINCIPAIS DESAFIOS:

Tomados o conjunto dos eixos de ação apresentados, percebe-se que restam alguns desafios importantes, tais como:

- Pouco se avançou na **divulgação da identidade, dos valores e princípios contidos nos produtos e serviços da economia solidária**, especialmente na sua divulgação para o público em geral;
- Ainda há um grande desafio de proporcionar **maior escala de demanda e compra de produtos e serviços da economia solidária**, neste sentido verifica-se a importância da construção de estratégias de consolidação de mercados institucionais socialmente orientados para a compra de produtos e serviços da economia solidária; A interação com grandes compradores institucionais é inevitável geradora de tensão, a política pública deve servir também para contrabalançar as diferenças no poder de barganha;
- **Implementar de forma efetiva uma política de compras públicas** para os produtos da economia solidária;
- No âmbito das estratégias de comercialização já colocadas em prática, apesar dos avanços na integração entre elas permanece o desafio de **fortalecer mecanismos de integração econômica através de mecanismos de logística, de fomentar o diálogo com o público consumidor**.

3. Elementos para uma Visão de Futuro na perspectiva da construção da sustentabilidade dos Empreendimentos Econômicos Solidários

Considerando o acúmulo da construção deste último período, as oportunidades colocadas pelos avanços conquistados, as limitações dadas pelos desafios encontrados considera-se que uma série de estratégias podem ser implementadas para promover a sustentabilidade dos empreendimentos econômicos solidários.

Promover o sucesso econômico dos empreendimentos na perspectiva de sustentabilidade requer, de um lado prepará-los para disputar o mercado com melhores condições de produção e comercialização, através do apoio na infraestrutura, organização da produção e financiamento para compra de matérias-primas. De outro lado requer ações de incidência sobre os padrões de consumo (dos indivíduos, das empresas, das organizações da sociedade civil e do governo), de forma a promover a valorização dos produtos da economia solidária pela sociedade.

Nessa perspectiva, destacam-se **quatro linhas principais de atuação**:

1. A primeira diz respeito ao **oferecimento de apoio para o desenvolvimento da capacidade produtiva dos empreendimentos**.
 - Este apoio compreende a realização de estudos e planejamentos no nível dos empreendimentos e dos encadeamentos produtivos e redes de cooperação, que possibilitem a formulação de projetos de melhorias. Destaca-se ainda a importância do direcionamento dos estudos e pesquisas realizados no PRONINC para atender as necessidades dos empreendimentos no âmbito da produção, comercialização e consumo.
 - O processo de elaboração participativa desses planejamentos pressupõe o apoio das Bases de Serviço de Comercialização na realização dos processos de assessoramento técnico e a necessidade da realização de processos formativos que estejam integrados com o Centro de Formação em Economia Solidária (CFES).
 - Compreende ainda, e de forma prioritária, o oferecimento de possibilidades concretas de financiamento para por em práticas esses planos de melhoria e de encadeamentos, suprindo os empreendimentos com a infra-estrutura e o capital-de-giro necessário ao seu desenvolvimento. Destaca-se, no âmbito deste financiamento, o papel que devem ter os bancos públicos no oferecimento de linhas de crédito para os empreendimentos, e a necessidade de que as políticas públicas façam integrar o campo das finanças solidárias (bancos, fundos rotativos e cooperativas de crédito) com as necessidades da produção, comercialização e consumo dos empreendimentos.
 - Destaca-se especialmente, a necessidade de oferecer maior apoio às possibilidades de criação de empreendimentos econômicos solidários que disponham de estrutura produtiva através da construção de uma ambiência jurídica que favoreça a recuperação de empresas pelos trabalhadores;

Reforçada a capacidade produtiva dos empreendimentos destaca-se a importância da elaboração de estratégias de fortalecimento da proposta da economia solidária junto aos atores de mercado:

2. É uma necessidade transversal a **construção e o fortalecimento de uma identidade comum dos produtos da economia solidária**, que seja facilmente reconhecida pelo governo e pela sociedade em geral, de forma a fortalecer o conteúdo e os valores diferenciados da economia solidária.
 - Para isto faz-se de grande importância a **normatização e implementação do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário**. Para o desenvolvimento desta construção serão necessários os seguintes passos: federalização a partir da construção das comissões estaduais de certificação, cadastro e informação que serão responsáveis por reconhecer os empreendimentos de economia solidária e articular junto ao poder público a construção dos Sistemas Estaduais de Comércio Justo e Solidário.
 - A ênfase na comunicação da economia solidária para a sociedade pressupõe ainda a necessidade da realização de campanhas nacionais e territoriais de promoção dos valores e princípios dos produtos da economia solidária.

Considerando as ações transversais de estruturação da capacidade produtiva dos empreendimentos e de promoção e divulgação da identidade dos produtos da economia solidária configuram-se duas ações estratégicas diferentes e complementares no campo da efetiva abertura e promoção dos canais de comercialização para os empreendimentos de economia solidária.

3. Uma dessas estratégias enfatiza a **construção dos circuitos curtos de comercialização** (assim entendidos aqueles compreendendo pequenas distâncias geográficas quanto aqueles com pequeno número de atravessadores no processo), **através do apoio a Estruturação de Espaços de Comercialização Solidária**.
 - Esta estratégia reconhece as práticas que já vem sendo desenvolvidas pelos empreendimentos de economia solidária, com a construção de diversas experiências espalhadas pelo país voltadas para favorecer a comercialização direta de produtos e serviços através da organização de espaços de comercialização solidária como feiras, lojas, centros públicos, grupos de consumidores responsáveis, entre outros, sendo que parte destas experiências se organizam em redes, ou seja, possuem maior escala social e econômica.
 - É notória a necessidade de qualificar as experiências existentes e fomentar a estruturação de novos espaços de comercialização justa e solidária, além de construir uma articulação entre eles. Esta articulação deve ocorrer tanto no plano comercial, com o intercâmbio de produtos e serviços a partir de uma organização logística quanto no plano da construção de uma identidade e estratégica comunicacional integrada, capaz de reafirmar os conceitos e princípios da economia solidária ao passo que respeitam as identidades locais.
 - Destaca-se ainda que os circuitos curtos pressupõem um fomento à diversidade produtiva dos empreendimentos e à integração das atividades no território através da articulação em Redes de Cooperação Solidária, elementos que contribuem para os processos de desenvolvimento sustentável.
 - Por fim, é importante destacar que a ênfase nos circuitos curtos não significa descartar a necessidade de ações para fortalecer a inserção dos empreendimentos no mercado convencional, especialmente considerando-se as especificidades dos segmentos de catadores de materiais recicláveis, agricultores familiares e mesmo

algumas categorias de artesãs e artesãos que necessitam lidar com redes de distribuição formadas por grandes atacadistas e varejistas.

4. Outra estratégia enfatiza a **articulação e organização de um Mercado Institucional para os produtos da Economia Solidária formado por grandes compradores** tais como Instituições Religiosas e do Terceiro Setor, Sindicatos, Empresas, além do próprio Setor Governamental, além da demanda dos próprios empreendimentos econômicos solidários.

- Esta estratégia tem como principal mote assegurar uma demanda constante em escala considerável para que os empreendimentos possam estruturar sua produção e alcançar novos patamares de produtividade e regularidade de oferta que lhe permitam competir em pé de igualdade no mercado convencional. Para atingir esse nível, mapeada a demanda faz-se necessário oferecer qualificação profissional e preparação dos empreendimentos para que estes possam atender essa demanda (inclusive a partir da fabricação de novos produtos), de forma articulada a políticas públicas como PRONATEC e ACESSUAS, além de organizar a logística necessária para garantir a entrega regular dos produtos.
- No que se refere especialmente aos mercados institucionais formados pelas compras públicas destaca-se em primeiro lugar a necessidade de construção de ambiência jurídica favorável e o suporte necessário para a efetivação das compras pelo poder público. Destaca-se ainda a necessidade de aprimorar os processos de compras públicas que hoje são direcionados para os agricultores familiares. Neste sentido propõe-se transformar o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) em política de Estado e aprimorar o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), de forma a ampliar os procedimentos de fiscalização do seu cumprimento pelos municípios, facilitar o acesso dos produtores e construir caminhos jurídicos para a compra de produtos da economia solidária não-alimentícios e alimentos processados.
- No tocante especificamente ao mercado formado pelos próprios empreendimentos econômicos solidários, destaca-se a importância de fomentar a realização de trocas entre os próprios empreendimentos através do aprimoramento dos sistema de informação já existentes como o Cirandas.

Por fim, é importante entender essas estratégias como fundamentais para a agenda maior de **implementação e consolidação do Plano Nacional de Comercialização Justa e Solidária**, conforme Recomendação No 01 de 19 de junho de 2013, do Conselho Nacional de Economia Solidária.

Ainda em relação ao processo de normatização da política pública destaca-se a necessidade de incidência para **aprovação da Lei Geral da Economia Solidária**, da construção de um novo **marco regulatório da relação entre Estado e Sociedade Civil** e da implementação do **Cadastro de Empreendimentos de Economia Solidária – CADSOL**.

Além de avançar esses processos que já estão mais consolidados destaca-se a necessidade de avançar em normativas públicas que reconheçam a necessidade de uma tributação diferenciada para os empreendimentos econômicos solidários e a construção de uma legislação que facilite o acesso a previdência para os trabalhadores desses empreendimentos.

4. Proposições da Conferência Temática para a construção dos Planos de Economia Solidária

Esta Conferência Temática definiu algumas proposições prioritárias para a construção da sustentabilidade dos Empreendimentos Econômicos Solidários na perspectiva da Produção, Comercialização e Consumo Solidários. Considera-se estas proposições as contribuições fundamentais desta conferência para o processo de construção dos Planos de Economia Solidária:

- **Organização e fortalecimento das redes de cooperação solidária e das cadeias produtivas da economia solidária**, disponibilizando para estas acesso a crédito, comunicação, formação e assessoramento técnico, logística e infra-estrutura;
- Implementação de **planos municipais, estaduais e nacional de comercialização justa e solidária**;
- **Construção de um Plano Nacional de Compras da Economia Solidária** para promover o acesso aos mercados institucionais;
- Aprovação e regulamentação do Marco Legal: ênfase na aprovação **da Lei Geral da Economia Solidária**; consolidação do **Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário** com ênfase em formas simplificadas de avaliação de conformidade e implementação do **Cadastro de Empreendimentos de Economia Solidária – CADSOL**.